

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.861 - SP (2019/0244504-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **ELISANGELA APARECIDA BRAMBILLA DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **ELIZEU ANTÔNIO DA SILVEIRA ROSA - SP278479**
RODRIGO JARA - SP275050
MARCOS TADEU FERNANDES DE FARIA - SP263120
AGRAVADO : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **MÔNICA FERNANDES DO CARMO - SP115832**
HELDER MASSAAKI KANAMARU - SP111887
THAIS DE MELLO LACROUX - SP183762
KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - SP178033
ELIZEU ANTÔNIO DA SILVEIRA ROSA - SP278479
RODRIGO JARA - SP275050
ELIAS CORRÊA DA SILVA JUNIOR - SP296739

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ELISANGELA APARECIDA BRAMBILLA DE OLIVEIRA. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Decisão agravada que acolheu parcialmente a impugnação apenas para limitar a incidência de multa diária ao período máximo fixado, mantido seu valor original e os acréscimos incluídos no quadro demonstrativo apresentados pelo credor, em especial a correção monetária Agravante que insiste na tese de não incidência de correção monetária sobre o valor da multa, buscando ainda a diminuição do valor da multa imposta, argumentando a ocorrência de enriquecimento ilícito da autora Multa diária que possui natureza de coercetividade para o cumprimento da obrigação Descumprimento do prazo fixado pelo juízo que restou incontroverso Valor da multa mantido Incidência de correção monetária que apenas protege o poder aquisitivo da moeda Necessidade, todavia, de excluir do quadro demonstrativo do débito a incidência de juros de mora sobre o valor relativo à multa diária, por se tratar de bis in idem Antecedentes jurisprudenciais Hipótese de alteração da decisão atacada apenas para tal finalidade, mantida no mais pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, inclusive no tocante ao ônus sucumbencial Recurso parcialmente provido" (fl. 891, e-STJ).

Em suas razões, a agravante aponta violação dos artigos 394 e 395 do Código Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta que incidem juros de mora sobre o valor da multa processual inadimplida. Aduz, que o fator gerador da multa é o atraso no cumprimento da obrigação de fazer, enquanto o fato gerador dos juros é a mora no pagamento da multa.

Superior Tribunal de Justiça

Defende que não há *bis in idem* na incidência de juros sobre a multa fixada para forçar o cumprimento da obrigação.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Quanto ao pedido de juros moratórios nas *astreintes*, a Corte de origem assim dirimiu a questão:

"(...)

A fixação da multa diária para o cumprimento de determinação judicial tem em sua essência a coercetividade e a natureza jurídica de penalidade diante da desídia no cumprimento da obrigação reconhecida, não se tratando de enriquecimento ilícito da parte contrária, mas de provimento jurisdicional para o justo cumprimento da obrigação pelo qual a autora possui o direito reconhecido.

In casu, a agravante foi citada para restabelecer o serviço de telefonia em 11/08/2014 (folha 43 dos autos principais), mas apenas restabeleceu o serviço de telefonia 24/10/2014 (folha 132 dos autos principais) e o de internet em 29/10/2014 (folha 133 dos autos principais), transcorrendo o prazo de 70 dias da citação até o cumprimento da obrigação, alcançado assim o teto fixado em R\$ 10.000,00.

Dessa forma, inexistente excesso na aplicação da multa diária, diante da sua natureza de coercetividade e da desídia no cumprimento da obrigação da própria agravante que deu causa ao valor da multa imposta.

"(...)

É de rigor também a incidência de correção monetária sobre as astreintes impostas. A atualização monetária fundamenta-se na correção do valor da moeda ao longo do tempo, não se tratando de acréscimo no valor, mas de preservação do poder aquisitivo da moeda diante das variações inflacionárias naturais.

O que em verdade não pode ser incluído no quadro demonstrativo do débito são os juros de mora sobre o montante relativo à multa diária, por se tratar de bis in idem, vez que a multa diária já representa uma penalidade" (fl. 893-894, e-STJ).

O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firme no sentido de que não incidem juros de mora sobre a multa imposta pelo descumprimento de obrigação de fazer, sob pena de restar configurado indevido *bis in idem*.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

INTIMAÇÃO DO DEVEDOR NA PESSOA DO ADVOGADO. JUROS DE MORA NO CÁLCULO DE ASTREINTES.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Segundo orientação desta Corte, firmado em recurso submetido ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, suficiente apenas a intimação do devedor na pessoa de seu advogado para o cumprimento da sentença.

III - Não incidem juros de mora sobre a multa cominatória decorrente de sentença judicial impositiva de obrigação de fazer por configurar bis in idem. Precedentes desta Corte.

IV - Recurso Especial provido em parte" (REsp 1.699.443/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 22/2/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DESCUMPRIMENTO. ASTREINTES. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR. EXORBITÂNCIA RECONHECIDA. JUROS DE MORA. NÃO INCIDÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO ARBITRAMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. A Segunda Seção do STJ, no julgamento de recurso especial processado nos moldes do art. 543-C do CPC/1973, firmou entendimento de que 'a decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada' (REsp n. 1.333.988/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 9/4/2014, DJe 11/4/2014).

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da multa cominatória arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, a quantia estabelecida pelo Tribunal de origem, relativa à multa diária, mostrou-se excessiva, a justificar a reavaliação, em recurso especial, do montante fixado.

4. Não incidem juros de mora sobre multa cominatória decorrente de sentença judicial impositiva de obrigação de fazer, por configurar evidente bis in idem. Precedentes.

5. 'O termo inicial de incidência da correção monetária sobre a multa do § 4º do art. 461 do CPC deve ser a data do respectivo arbitramento, como ocorre nas hipóteses de dano moral (Súm. 362/STJ)' (EResp n. 1.492.947/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/6/2017, DJe 30/6/2017).

6. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt nos EDcl no REsp 1.355.408/AL, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 21/11/2017).

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE

FAZER. MULTA DIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS LEGAIS. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. ARTS. ANALISADOS: 461, § 4º, CPC; 395, CC/02; 1º, LEI 6.899/1981.

1. Ação de anulação e substituição de títulos, cujos autos foram restaurados em 1998, em fase de cumprimento de sentença, da qual foi extraído o presente recurso especial, concluso ao Gabinete em 05/12/2011.

2. A controvérsia reside em definir se sobre a multa prevista no § 4º do art. 461 do CPC incidem juros de mora legais e correção monetária e, em caso positivo, o termo inicial para sua exigibilidade.

3. O poder de intimidação refletido no valor arbitrado pelo Juiz a título de multa diária, nos termos do § 4º do art. 461 do CPC, deve ser preservado ao longo do tempo - e, portanto, corrigido - a fim de que corresponda, desde então, à expectativa de ser o suficiente para a obtenção da tutela específica. Assim, a partir de sua fixação, o contexto apresentado para o devedor tem de revelar, sempre, que lhe é mais interessante cumprir a obrigação principal que pagar a multa.

4. O termo inicial de incidência da correção monetária sobre a multa do § 4º do art. 461 do CPC deve ser a data do respectivo arbitramento, como ocorre nas hipóteses de dano moral (Súm. 362/STJ).

5. Não incidem juros de mora sobre a multa imposta pelo descumprimento de obrigação de fazer, sob pena de configurar bis in idem.

6. Recursos especiais conhecidos; provido parcialmente o do primeiro recorrente e desprovido o do segundo" (REsp 1.3271.99/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/4/2014, DJe 2/5/2014).

Incide na espécie, o enunciado da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de fixar os honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator